



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

GÊNERO E CAMPESINATO: UM ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO SANTA

Joice Luana Gonçalves Santos¹, Deyvisson Pereira da Costa¹

Universidade Federal do Mato Grosso, Campus Universitário do Araguaia

joiceluanagoncalvessantos@gmail.com¹, deyvissoncosta@yahoo.com.br¹

Resumo: Considerando que durante séculos as mulheres camponesas experienciaram invisibilidades sabe-se que as questões que envolviam a sua realidade no campo por vezes foram subjugadas. Com a abertura econômica pós-ditadura no Brasil que não comungou os ideais da população rural, os movimentos por terra incorporaram mulheres às lutas com objetivo de agregar e fortalecer as frentes de combate. Ao mesmo tempo mundialmente o movimento feminista começou a questionar a soberania masculina e a sua posição como único agente político na sociedade. Assim como nas cidades as camponesas apontaram opressões simbólicas. Objetiva-se através deste estudo entender as relações de poder em torno do gênero no assentamento Santa Cássia no município de General Carneiro (MT). Para isso opera-se a realização de pesquisa semiestruturada com o objetivo de interpelar as relações que atravessam a sua história. Desse modo, constata-se que a realidade da mulher camponesa é incorporada as discussões de feminismo nas cidades. Embora o campo não partilhe as mesmas premissas da luta feminista, por vezes as mulheres camponesas conseguem ter estratégias para revolucionar o lugar que lhes é imposto. Para tanto demonstra-se a necessidade de um olhar atento às políticas públicas do campo e de como elas agem também como forma de empoderar as mulheres. Isso permite concluir que há uma mudança nos paradigmas culturais. As mulheres camponesas transformam a sua realidade de forma singular e suas revoluções e resistências se apresentam dissemelhantes as que acontecem nas cidades.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres camponesas, Gênero, Poder, Trabalho.

Introdução:

A história das mulheres camponesas no Brasil é constituída de diversas investidas por direitos e por autonomia, tanto no campo e quanto sobre o próprio corpo. O assassinato de mulheres ribeirinhas, camponesas e trabalhadoras rurais pode ser considerado a expressão máxima dos conflitos territoriais que envolvem luta contra a fome e a falta de incentivo às comunidades, aos assentamentos

e aos acampamentos dessa população.

Nos últimos 40 anos, os conflitos pela terra se acentuaram em diversas regiões, exibindo maior concentração particularmente nas áreas de fronteiras agrícolas, ou seja, no "Bico do Papagaio" nas divisas de Pará, Maranhão e Tocantins, na Zona da Mata nordestina e Recôncavo baiano. Dados recentes (2017)¹ mostram um aumento de

1

[https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/category/3-](https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/category/3-cadernos-conflitos-territoriais)

www.redor2018.sinteseeventos.com.br



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

26% de conflitos agrários no Brasil. Apesar do aumento dos números de mortos em virtude dos conflitos campestres, as questões de gênero têm motivado historicamente a morte de diversas mulheres em cargos de liderança. O caso mais recente foi a chacina de Pau D'arco, considerado o segundo maior massacre da população ribeirinha e rural, quando 10 pessoas foram assassinadas por policiais a mando de grandes fazendeiros da região. Inclusive a líder do acampamento, Nova Vida Jane Júlia de Almeida, também foi brutalmente assassinada² de modo semelhante à Margarida Maria Alves símbolo feminino de luta.

No dia 12 de agosto de 1983 a sindicalista foi brutalmente assassinada com um tiro. Segundo o jornal O Globo (2013), em uma matéria que rememorava os 30 anos da morte de Margarida, a militante foi morta na frente do filho e do esposo por um pistoleiro. Sua morte foi denunciada pelos movimentos de luta pela terra que a essa altura já estavam bem organizados, juntamente com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Simultaneamente, o Movimento Sem-Terra (MST) e a própria Confederação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura (CONTAG) demonstram ao

governo a insatisfação com as mortes no campo.

A luta pela terra e em favor dos povos do campo e das florestas tem sido marcada pelo sangue de muitos mártires. Alguns, mais reconhecidos no Brasil (...), outros conhecidos apenas em seus locais de enfrentamento (SOUZA; CAMPOI; BRANDÃO 2016).

Ao mesmo tempo, sabe-se que existem ações de resistência. A Marcha das Margaridas é um exemplo de estratégia de luta das mulheres campestres contra os grandes latifundiários e as políticas públicas que os favorecem.

Neste sentido, busca-se aprofundar os estudos dessas relações da mulher com o campo e gênero tendo como ponto de partida o assentamento Santa Cássia diante do reconhecimento das lutas do sindicalismo e das dificuldades dessa identidade feminista no campo. Autonomia, trabalho e matrimônio são óticas as quais podem se visualizar as histórias dessas mulheres e representam parte considerável do que é, para as assentadas, “ser mulher” no campo no século XXI.

Nas décadas finais do século XX, os efeitos da ditadura fizeram com que crescesse o genocídio no campo, os embates entre trabalhadoras(es) e proprietários evidenciavam as lutas de classe em todo o

² <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-massacre-de-pau-darco/>



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Brasil. Nesse impasse, muitos(as) perderam a vida nos conflitos que se intensificaram nos anos 80 e 90 e seguem a modernidade. Paradoxalmente surge uma nova contradição - “se a violência gera a morte, gera também as formas de luta contra a morte” (OLIVEIRA, 1988). Os confrontos pela posse da terra crescem e inúmeras formas de violência e opressão são consumadas nestas regiões.

No campo, diferente da cidade, a principal bandeira das lutas feministas camponesas era o direito à educação, por Reforma Agrária e controle do Estado na fiscalização dos latifúndios. Já na cidade em meio à segunda onda feminista os movimentos sindicais e sociais começam a se reorganizar com lideranças feministas. Neste sentido, há pensadoras (ÁLVAREZ, 1990; GARCIA, 1998) que acreditam que no campo, e algumas vezes na cidade, os feminismos nascem da deficiência representativa perante a comunidade organizada.

A abertura do Movimento Sem Terra (MST) e do sindicalismo às questões de gênero, no final da década de 1990, se relaciona, segundo Deere, “com a crescente aceitação do argumento produtivista” (2004, p. 21), ou seja, o não reconhecimento do papel fundamental da mulher prejudicaria o fortalecimento do movimento e das lutas. Isso quer dizer que aceitar as manifestações

femininas era também ter o apoio das mulheres nas relações de produção e não necessariamente agregar prontamente e inteiramente as bandeiras feministas.

No interior do marxismo, o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como subproduto de estruturas econômicas mutantes: o gênero não tem tido o seu próprio estatuto de análise (SCOTT, 1995).

Ao mesmo tempo, a violência de gênero também era motivo de enfrentamento nas cidades brasileiras, diversas mulheres nas fábricas lutavam pela mesma jornada de trabalho e pela sua identidade feminina³ nos espaços de poder. Embora isso não seja de antemão percebido é quase unanimidade que o marxismo tem uma relação conturbada com as questões de gênero (SCOTT, 1995). O secundário produto econômico das relações mercantis torna-se uma mera ótica a qual se materializa uma dupla invisibilização. As relações de classe seriam fundamentalmente mais relevantes que as opressões femininas.

(...) sobre os modos de produção, a explicação das origens e das transformações de sistemas de gêneros se encontra fora da divisão sexual do trabalho. Afinal de contas, famílias, lares e

³ O termo identidade feminina é entendido aqui como um conjunto de variantes elencados em pesquisa anterior realizada em 2 assentamentos de Mato Grosso (PAs Serra Verde e Santa Cássia). Nesse sentido as entrevistadas enunciaram os termos “esposa, dona-de-casa, mãe/avó, trabalhadora” como sinônimos de se entender como mulher no campo.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

sexualidade, são produtos da mudança dos modos de produção. (SCOTT, 1995, p.11).

A verdade é que nas relações de produção, a classe trabalhadora foi durante muito tempo prioritariamente feminina porque eram invisibilizadas e submetidas as exigências patriarcais, além das imposições reprodutivas, uma vez que a mercadoria que sustenta o organismo da burguesia [os próprios operários] são os corpos e as relações de poder sobre as mulheres.

As feministas brasileiras, igualmente às pioneiras da Inglaterra do século XIX, na primeira onda questionaram a soberania do macho, os privilégios sociais e os espaços de poder concentrados pelo público masculino. Concomitantemente essas bandeiras alcançariam outras mulheres como às mulheres negras, mulheres camponesas, mulheres lésbicas, mulheres transgêneros e travestis e mulheres indígenas. Mas isso só foi possível também com a luta das CEB's que no século XX se manifestava em relação à questão de gênero.

A Igreja Católica constatava que as manifestações feministas, assim como as camponesas nos anos 80 (do século passado), fugiam ao seu controle e percebeu a necessidade de se posicionar na luta por igualdade dos gêneros. A Campanha da Fraternidade de 1990 manifesta-se equipolente as premissas de igualdade,

expondo-se no tema "Deus quer mulher e homem como companheiros, iguais nos direitos porque os dois são imagem e semelhança d'Ele" (CNBB, 1990). Esta instância estimula a contestação sobre a situação feminina no Brasil de desigualdade, tanto no campo quanto na cidade, pois o campo sempre representou um braço forte do catolicismo. Segundo SOUZA (2017 p. 11. *apud* FERREIRA, 2009, p. 30-31):

A influência da Igreja Católica no cotidiano e trajetória de vida e morte de Margarida Alves teve um papel significativo tanto no que diz respeito à assessoria política, que era voltada para a maioria dos trabalhadores rurais dos sindicatos, inicialmente através das CEB e, posteriormente, através da CPT, considerados setores progressistas da Igreja, influenciados pelas ações da teologia da libertação.

Se as CEB's colocavam mulheres e homens com direitos iguais na Campanha da Fraternidade no ano de 1990, originalmente a Igreja Católica condenou as mulheres na Inquisição. O discurso da Igreja nessas vias se contradiz com a realidade das lutas feministas. Ora, de fato "Deus quer homem e mulher iguais nos deveres e direitos", mas essa relação para a Igreja jamais contemplaria a existência de mulheres que utilizavam os métodos contraceptivos, aquelas que não seguiam os padrões da heteronormatividade,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

as que optaram não ter filhos e aquelas que se manifestavam a favor do aborto.

Já a luta do campo se mostrava diferente na medida em que a realidade social também denotava outros contornos. As mulheres camponesas lutavam por uma valorização do trabalho delas, além de um fortalecimento da agricultura familiar. As questões de gênero no campo eram exclusivas de alguns grupos que vão surgir em meados do século XX.

Ambas as lutas se cruzaram posteriormente nas décadas finais do século XX já na transição da segunda onda para a terceira onda feminista. Tanto o (Movimento Sem-Terra) MST, quanto a (Central Única de Trabalhadores) CUT passaram a integrar as lutas feministas para adquirir maior destaque junto aos movimentos articulados do sindicalismo que surgiam.

Metodologia:

Ao longo dos seis primeiros meses da pesquisa buscamos um contato com algumas mulheres que moram no assentamento Santa Cássia, ao mesmo tempo em que realizávamos a revisão de literatura. Através de terceiros e professores que realizavam trabalhos no local obtivemos informações preliminares sobre como fazer este elo para a realização da pesquisa. As mulheres que participaram do projeto fazem parte de uma

associação de trabalhadores e trabalhadoras rurais, além de participarem de feiras ecológicas e promoverem o turismo rural no assentamento.

Optamos pela realização de pesquisa qualitativa formada por um questionário com perguntas semi-estruturadas, que segundo Chizzotti (2006), busca uma partilha densa com pessoas, fatos e locais a fim de extrair significados visíveis e latentes.

Neste sentido, diversas interlocutoras aceitaram fazer parte do pesquisa. Não usamos nenhum critério de seleção *a priori*, mas recolhemos as falas daquelas mulheres que aceitaram e tinham disponibilidade para participar. Aquelas falas que não foram diretamente citadas aqui tiveram sua contribuição simbólica nos enunciados analisados. Realizamos as perguntas mediante a um termo livre de esclarecimento. O documento explicava como se daria a pesquisa e a sua pertinência para a investigação, além de salientar a necessidade dos encontros e das perguntas em questão. No entanto, para algumas das mulheres, o papel, o documento que exigia a identificação e menção aos documentos pessoais, representava uma forma de controle do que se seria dito ou mesmo realizado.

Você precisa mesmo que eu coloque meus documentos na folha? Depois você vai usar



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

pra mais alguma coisa?
(Entrevistada 2)

O termo apresentava a finalidade dos encontros e a necessidade acadêmica de expressar o dia a dia das mulheres que vivem no campo. Mas para elas, também significava uma identidade a ser recolhida ou objetificada. Por vezes, havia um desconforto para assinar o documento. Houve casos inclusive em que o papel foi entregue e posteriormente devolvido. Acreditamos que outras pessoas inclusive os cônjuges foram ouvidos para atestar a aprovação da assinatura.

Posteriormente, agendamos entrevistas com cerca de 4 mulheres diferentes que responderam 10 questões com o objetivo principal de conhecer a vida das mulheres no campo, seu dia-a-dia, seus valores e suas vivências com vistas a identificar características comuns facilitando futuras discussões sobre a realidade da mulher brasileira no campo. Além disso buscou-se compreender as relações de poder em torno de suas condições e o quanto alguns enunciados feministas estavam incumbidos na sua realidade. De saída, explicamos os termos do acordo e esclarecemos o viés do estudo que não causaria nenhum prejuízo físico ou moral, e caso se sentissem constrangidas não precisariam responder as perguntas.

O local escolhido para as entrevistas foram pré-acordados entre a pesquisadora e as

interlocutoras de forma que ambas se sentissem à vontade quanto à realização das perguntas, especialmente as entrevistadas. O lugar escolhido por essas mulheres foi a cozinha de cada propriedade rural. Ao mesmo tempo em que as perguntas eram apresentadas, a interlocutora realizava alguma tarefa doméstica. Houve um acordo que permitiu o uso de gravador de voz para posteriormente as falas serem reproduzidas de forma o mais fiel possível.

Resultados e Discussão:

Durante as entrevistas realizadas nas propriedades das interlocutoras nota-se a recorrência de discursos sobre a mulher no campo. As entrevistadas falavam da sua rotina, dos seus afazeres e do casamento. Mas também evidenciavam as mudanças que aconteceram ao longo dos anos. Nesses momentos a expressão não estava comprovada como algo nostálgico, mas um sorriso aberto que comprovava um certo contentamento com as mudanças que ocorreram. Esses discursos também deixavam subentendido as questões de gênero. E do mesmo modo como a vida delas mudaram e como conquistaram mais autonomia. Há por parte delas, o reconhecimento de si como parte importante na consolidação das reformas de pensamento no campo.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Nossa vida mudou muito menina, algumas coisas ficaram melhores. Hoje a gente tem mais lugar, espaço pra viver. Se eu te contar como era você nem vai acreditar. Difícil demais. (Entrevistada 1).

Nesse momento a voz da interlocutora ficou embargada, o marido estava ao lado e quando foi pedido para ela explicar detalhes houve silêncio e um suspiro fundo quebrado pela expressão “*difícil demais.*” Apenas nessa casa o cônjuge permaneceu durante toda a entrevista ao lado da esposa e foi possível notar certo constrangimento ao responder algumas perguntas.

A mulher está muito mais forte, está muito mais dona de si. Antes a mulher não tinha direito né?! Mulher casava e era obrigada a viver com esse marido, ou combinando ou não tinha que viver, hoje não (Entrevistada 2).

Ao contrário das outras entrevistadas esta mulher se sentiu a vontade para falar da sua realidade, nos momentos em que seu marido chegava a cozinha ela trocava de assunto. Percebi em alguns momentos que ela pedia para pausar a gravação para me dar algumas informações sutis ou mesmo fazer algum comentário.

De primeira a mulheres eram educadas pra ser (...) está no poder dos

pais, ser mandada pelos pais, só fazia que os pais permitiam ou a mãe, depois casava e era o marido né?! Então ela era toda vida mandada, submissa. Hoje não (Entrevistada 3).

Nesta fala ficou evidente que a interlocutora não quer se sentir presa ou sob domínio de ninguém, e em alguns momentos as respostas eram acompanhadas de pequenas risadas ou uma pergunta retórica respondida em seguida. O recurso foi entendido como uma forma de aprovação dada as circunstâncias da entrevista. Embora houvesse um reconhecimento por ambas serem mulheres, a posição social estudante de uma universidade pública e pesquisadora em alguns momentos serviu de suporte para que a interlocutora desse respostas em parte programadas ou orientadas pela condição do acontecimento. Notei que isso em partes representa ainda que incipiente de romper as relações de poder.

A Portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) Nº 69, de 19 de outubro de 2006, estabeleceu as diretrizes para promover a revisão de normas e procedimentos, adequando-os ao artigo 2º da Portaria do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nº 981/03, visando garantir o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Isso



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

quer dizer que as mulheres podem obter as terras de assentamento. Isso antes não era previsto em lei, apenas mulheres casadas tinham a terra, mas os nomes delas não constavam na escritura. Outra coisa que mudou foi em relação as famílias chefiadas por elas, que segundo a nova lei têm preferência obedecendo os demais critérios beneficiários de conseguir acesso à terra. Outro fator importante é que nos casos de dissolução do casamento é assegurado a permanência da mulher como detentora do lote, desde que os filhos estejam sob sua tutela. Por fim, a terra só poderá ser modificada perante a presença e assinatura da mulher e do homem, coisa que até então só acontecia com a assinatura do homem.

Diante disso e do fomento financeiro creditado pelo (INCRA) as terras de assentamento têm a assinatura exclusivamente feminina.

Art. 8º Nas políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural destinadas às famílias assentadas será garantido à mulher o apoio às atividades de fomento a agroindustrialização, comercialização, assistência técnica, produção sustentável e outras, promovendo sua integração nas políticas públicas, garantindo a participação nos processos decisórios do assentamento,

combatendo à desigualdade da mulher no mundo rural.

Art. 9º À mulher assentada em Projeto de Reforma Agrária será incentivada a aprendizagem e ampliação de seus conhecimentos, através de políticas de educação do campo e a inclusão da educação diferenciada voltada para promoção da igualdade entre mulheres e homens na grade curricular do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

Anteriormente as mulheres não tinham acesso a terra, e mesmo quando a herdava a partilha se dava de forma desigual em relação aos filhos homens (PAULILO, 2010). Muitas mulheres por exemplo só tinham acesso direto a terra caso ficassem viúvas e mesmo assim havia uma distribuição caso houvesse filhos homens. A situação começou a mudar depois da implementação da lei pelo Incra. Com o nome no Cadastramento Ambiental Rural (CAR) as mulheres passaram a ter a terra ou mesmo pleitear um espaço de assentamento. As mulheres entrevistadas eram todas casadas e estavam cientes dos seus direitos femininos quanto à terra. Inclusive ao longo das entrevistas tinham orgulho de demonstrar esse fato.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Paulilo (2010) ao realizar pesquisa

semelhante no interior do sul do país notou em suma um certo cuidado das mulheres ao falarem sobre as questões de gênero que impactava diretamente na partilha de terra. No assentamento rural Santa Cássia as interlocutoras reconhecem a luta de gênero que acontece no País, e que foi fundamental para a mudança nas leis em relação a terra.

Meu sonho é ir na Marcha das Margaridas e entregar uma carta para a presidenta Dilma pra contar como é nosso dia a dia aqui na roça pedir pra ela olhar mais pra nós trabalhadoras do campo. Agora que tiraram ela meu sonho é ir lá na Marcha (Entrevistada 2).

Durante as conversas ficou evidente algumas posições políticas. Inclusive, algumas interlocutoras comentaram sobre as reformas discutidas no Congresso Nacional posicionando-se contrárias ao atual presidente Michel Temer e as reformas da previdência e trabalhista.

Tem trabalhadora rural que dá entrada na aposentadoria e fica toda a vida, às vezes morre e não chega a aposentar. A trabalhadora não sabia que tinha que guardar os documentos, nota fiscal, que de primeira nem forneciam, daí mudou e só a palavra

não vale e fica sem o direito (Entrevistada 2).

As mulheres apontaram temas que estão emergentes na cidade no entendimento de quem é mulher no campo e sabe que as decisões as afetam de imediato. Isso demonstra que embora a zona rural caminhe diferente da cidade há em tese estratégias de luta conglomeradas. Como por exemplo a Marcha das Margaridas em Brasília. Esses enunciados se sobressaem à medida que entrelaça lutas históricas da mulher.

A mulher por si só, o nome já é forte. MULHER! Ela é o esteio da casa, você é o esteio do serviço, você é o esteio, os nossos maridos as vezes fica com a gente ali tudo, mas eles precisam da nossa opinião pra resolver o problema deles mesmo (Entrevistada 4).

Essa identidade social que perpassa a noção de si reintegra valores e estigmas do dia-a-dia. É perceptível de forma complexa nesse sentido, que o sindicalismo ao qual pertencem as mulheres do Assentamento Santa Cássia discute as questões de gênero. Pelas falas das entrevistadas nota-se que essas questões atravessam o corpo social de sua realidade. Uma vez que reconhecem o papel fundamental do matrimônio para que as mulheres se tornem verdadeiramente



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

produtoras rurais. Logo, a discussão da questão de gênero está mesmo que de forma subentendida atrelada a todas as lutas, sejam elas de classe, por direitos ou identitária. Nas próximas etapas buscar-se-á as relações e significados perceptíveis em uma atenção sensível a tríade fundamental da discussão.

Para as mulheres do assentamento Santa Cássia o trabalho é aquilo que as coloca em posição próxima ao patamar que os seus maridos homens. Das 4 mulheres entrevistadas 3 delas acham que a realidade de trabalho no campo é mais fácil para quem é mulher. Isso nos trouxe inquietação porque salientavam jornadas de trabalho duplas, triplas e exaustivas e ainda sim creditavam seus trabalhos como sendo fáceis. O labor para elas tem uma viés empoderador embora ele seja explorado. O ditado popular reconhecido de que o trabalho dignifica o homem leva em consideração não qualquer tipo de trabalho, mas considera todo homem como quem sustenta financeiramente a casa.

Até a década de 1960, a convenção de se fazer referência ao trabalho não remunerado em casa como algo que não era realmente trabalho ajudou a destruir o conhecimento que as mulheres tinham de sua tradição de labuta. Essa tática passou a ser inútil quando as mulheres começaram a realizar tarefas que os homens reconheciam como

masculinas, ou seja, trabalho digno de ser remunerado (WOLF 1990, p. 45).

Para as mulheres assentadas a terra é bem mais que trabalho, é orgulho, é fruto de merecimento e para os homens a terra é negócio. É claro que não na mesma proporção, mas as mulheres têm uma relação de empoderamento com a terra.

Você se levanta cedo vai fazer café, você arruma alguma coisa na casa, o tempo seu é muito curto, porque você tem mais coisas para fazer. Igual eu que mexo com aglofloresta o tempo da gente é pouquíssimo. Eu estou recebendo os alunos direto lá da UFMT, às vezes eu tenho que fazer almoço pra eles, às vezes não, mas tenho que estar acompanhando-os no trabalho. Então você tem que estar olhando um peixe, uma galinha, tratando dos porcos o tempo lá é curto, o dia passa e você não vê. Ser mulher no campo é como se fosse uma lenda que nunca vai acabar, a esperança nossa é como se fosse das mulheres da cidade. A esperança é sempre de melhorar. Ter o cheiro da terra, revirar a terra senti o cheiro das raízes cê entendeu? É bom! Eu vivi isso e viveria mais e mais e mais e gostaria que outras mulheres tivessem a mesma oportunidade que eu,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

que goste. Porque tem que gostar. Se você não gostar você não consegue se realizar (Entrevistada 4).

Nesta fala a interlocutora evidencia o trabalho como algo sem fim. Ao dizer que “Ser mulher no campo é como se fosse uma lenda que nunca vai acabar, a esperança nossa é como se fosse das mulheres da cidade. A esperança é sempre de melhorar” notei que para ela o trabalho deveria começar e terminar igualmente ocorre na cidade. Isso evidencia as jornadas de trabalho que são impostas e privativas as camponesas em todo Brasil.

Antigamente, os homens pegavam aqueles pacotão de dinheiro e ia para os cabarés. Era o apoio inicial, o PRONAF que saia e era desse jeito. Aí o governo mudou, agora é no nome das mulheres {A TERRA} (risos). Se o homem quiser vender e a mulher não assinar não tem negócio feito. Teve homem aqui que largou das mulheres e depois voltou porque disse que não ia trabalhar o resto da vida para a mulher não (Entrevistada 3).

O trabalho representa uma forma de “emancipação” da mulher, sobretudo a mulher camponesa na construção do pensamento feminista enquanto que para os homens a terra é mercadoria. Durante séculos o marxismo

pautou-se na divisão do trabalho em produtivo e improdutivo. O primeiro que produzia mais-valia e o segundo que não era rentável. Para as mulheres, exercer um ofício reconhecido socialmente (produtivo) tornou-se um modo de visibilidade da identidade feminina. Já que para elas sempre foi imposto o trabalho doméstico que não era reconhecido por não produzir lucro.

Considerar como trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas pequenas propriedades agrícolas foi uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas (PAULILO, 2010, p. 2).

Durante anos, as mulheres camponesas foram exploradas nas fazendas com condições análogas à escravidão sem receber uma educação de qualidade ou política que atendesse suas necessidades. De um modo geral reconhecem como dívida terem a terra para trabalhar independente de suas condições. Percebo que as mulheres assentadas estão tão imersas na sua realidade que em alguns momentos não percebem sua exploração. Evidencio que por vezes demonstram estar empoderadas mas reforçam alguns discursos que as oprime por exemplo quando dizem que o trabalho desempenhado por elas é mais fácil. No entanto as formas de luta e resistência das mulheres do campo não são iguais as das mulheres da cidade. Ressalto



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

que este assentamento teve diversos problemas com a insuficiência de recursos hídricos. E mesmo assim elas reiteram a subsistência por meio da terra ressaltando a importância dela na vida. Segundo Wolf (1990) as mulheres trabalham mais, sejam elas orientais ou ocidentais: sejam donas de casa ou tenham empregos remunerados. A grande questão, no entanto, é que a conjuntura moderna caracteriza as tarefas domésticas como um não-trabalho. Logo, as mulheres do assentamento veem isso como uma obrigação e a participação masculina como uma “ajuda”. Ou seja, ora elas se veem parte da resistência ora não.

Sou tesoureira do sindicato dos trabalhadores rurais, então de tudo eu faço um pouco. Cuido da horta, tenho uma hortinha simples, meu marido me ajuda né?! porque eu sozinha também não dou conta né?! de tudo. Então minha rotina aqui é essa (Entrevistada 3).

Eu trabalho todo dia aqui e com a falta de água eu subo aquele morro e busco 3 baldes por dia, o marido não gosta de ajudar porque é tarefa da mulher cuidar da casa. Ele lava as vasilhas de vez em quando (Entrevistada 1).

Eu faço o queijo, faço sabão e compotas pra vender, cuido da casa e da horta. Quando tem água na época das cheia eu mexo com o milho (Entrevistada 2).

A pesquisa realizada identificou que as mulheres do assentamento Serra Verde detêm as escrituras das propriedades. No entanto, isso não quer dizer que elas controlam os meios de produção e as atividades que envolvem dinheiro na fazenda.

Teve homem aqui que largou das mulheres e depois voltou porque disse que não ia trabalhar o resto da vida para a mulher não. (...) de primeiro nós era submisso do pai, depois “casa” e é submissa do marido. Nunca era dona de si. Eu acho que ninguém é de ninguém. A gente tem que respeitar o direito do esposo, cada um tem que ter o seu espaço (Entrevistada 2).

O que fica entendido nas falas é que mesmo com as propriedades as mulheres precisam demonstrar aos companheiros que eles ainda decidem o que é melhor financeiramente para a fazenda. Durante as entrevistas os locais em que eram escolhidos pelas campesinas para conversar denotavam simbolicamente o lugar que lhes eram objetificada. Isso não quer dizer pois que elas



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

não subvertiam estrategicamente esta imposição.

Conclusão:

Não se trata aqui de fechar a discussão sobre as questões de gênero, em virtude da forma em que se dão as relações de poder em torno de tal. Mas antes admitir que o estudo parcial no cotidiano das mulheres camponesas do assentamento reflete uma mudança cultural nos paradigmas sociais. Essas mudanças nos permitem refletir sobre a realidade das mulheres do campo e as formas de construção de algumas relações de poder em torno delas. Além disso este fato nos permite conhecer a fundo a realidade rural das mulheres frente ao modelo de agronegócio vigente e isso sublinha aspectos de gênero que são utilizados na organização social.

Ainda, fica evidente que as mulheres camponesas conquistam seus direitos de forma dissemelhante aos movimentos feministas da cidade, mas isso não quer dizer que os movimentos são apáticos as lutas congruentes. Logo, as mulheres camponesas conseguem ser parte do poder que rejeitam ao mesmo tempo que são incumbidas pelas formas que ele se manifesta no espaço rural.

Referências:

PAULILO, Maria Ignez S. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio **Anais eletrônicos**

[<http://www.fazendogenero.ufsc.br/site/anaisfg9/>] / Seminário Internacional Fazendo Gênero 9 : Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. - Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

SOUZA, Ezilda Franco de; CAMPOI, Isabela Candeloro; BRANDÃO, Canuto Elias. A Marcha das Margaridas-Luta e resistência em favor do campo e dos povos do campo. In: **SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE NO CAMPO, 1. ANAIS.** Paranaíba: Unespar, 2017.

SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. Cartilha: projeto para a captação de recursos. In: **contag.org. Marcha das Margaridas.** Acesso em: 12/09/15. Disponível para download em: <http://www.contag.org.br/sistemas/doacao/public/pdf/projeto_captacao_recursos_marcha_2015.pdf>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, Dec. 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015&lng=en&nrm=iso>. accesson 16 Aug. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, abr. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 ago. 2016.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100010>

ANMTR (Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais). **Primeiro Encontro Nacional 1995**. Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 1997. Mimeo.

PINTO, Celi Jardim. Participação (representação?). Política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, Heleieth; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: UNICEF, 1994

SARTI, Sintia. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA, 21., 1998, Chicago. *Anais*. Chicago: Illinois, set. 1998.

FACEBOOK. **Marcha das Margaridas**.

Disponível em:<

<https://www.facebook.com/Marchadasmargaridas/?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: Abril de 2015

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1988.

WOLF, N. **O mito da beleza**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. Tradução de Waldéa Barcellos.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 02, p. 71 – 99, jul/dez 1995.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. Disponível em: <.> Acesso em: 15/08/2017.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Vozes, 2006.

SIQUEIRA, Deis Elucy. “A organização das trabalhadoras rurais: o cruzamento de gênero e de classe social”. In: SIQUEIRA, Deis. Elucy; TEIXEIRA, João Gabriel L. C.; PORTO, Maria Stela Grosso (Orgs.). **Tecnologia agropecuária e a organização dos trabalhadores rurais**. Brasília: UnB, 1991. p. 57-90.

INCRA. Instrução Normativa nº 38, de 13 de mar. de 2007. **Dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária**. Disponível em:

http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/in38_130307.pdf